

TRIBUNA DO ENGENHEIRO

O aeroporto da Ota, o TGV e a engenharia portuguesa

Muito se tem discutido sobre o aeroporto da Ota e o comboio de alta velocidade, centrando-se o debate na necessidade, ou não, daquelas infra-estruturas e na sua localização.

Sobre a intervenção das empresas portuguesas de engenharia de projectos, da construção e de fornecimentos, tem existido um acentuado silêncio. É um tema delicado, mas merecedor de particular atenção, já manifestada, em diversas oportunidades, pela Ordem dos Engenheiros.

Estes projectos, pela sua dimensão e período de execução, deverão representar uma oportunidade para as empresas portuguesas, quer em termos económicos, quer ao nível técnico e social.

Num momento em que a Europa discute a sua soberania tecnológica perante os EUA, como sucedeu nos Congressos realizados em Paris em 2004 e, mais recentemente, em Madrid, durante as comemorações do centenário do Instituto de Engenharia de Espanha, Portugal, embora inserido no espaço comunitário, não deverá ignorar que tem uma elevada capacidade tecnológica em diversos domínios da engenharia, mas que necessita de oportunidades e sustentabilidade para o seu desenvolvimento.

O governo apresentou o Plano Tecnológico, uma aposta no conhecimento, na inovação e na tecnologia, como es-



A engenharia sempre foi e deverá continuar a ser um recurso estratégico para o nosso país, quer para a atracção do investimento estrangeiro que aposte na inovação e na tecnologia, quer como factor competitivo para a internacionalização das empresas portuguesas.

tratégia para o crescimento económico. No entanto, ao nível da Engenharia, várias são as especialidades que se encontram na linha da frente nas suas áreas de actividade, fruto da qualidade das escolas, dos laboratórios de investigação, da inovação, da capacidade das empresas e dos engenheiros. Os portugueses são bons em muitas actividades, embora muitos tendam a valorizar o que é importado e a menosprezar o que é nacional.

Nos últimos 70 anos, quase todas as grandes infra-estruturas nacionais foram concebidas, projectadas e construídas por empresas portuguesas, ou instaladas em Portugal, recorrendo a técnicos portugueses, o que não sucedia nos finais do século XIX e no primeiro quartel do século XX. O processo iniciava-se pela contratação dos projectos, a que se seguia o lançamento dos concursos e a adjudicação das empreitadas e fornecimentos.

A qualidade dos projectos e a inovação eram determinantes para a qualidade das obras a executar.

Só que a incapacidade do Estado em financiar as grandes infra-estruturas públicas determinou um novo modelo de desenvolvimento assente no *project finance*, também designado por concepção, construção e exploração, em que a proposta financeira acaba por se sobrepor aos anteriores critérios de selecção.

Neste conceito, a engenharia, a qualidade dos projectos e a capacidade de construir poderão ficar dependentes das decisões das parcerias públicas e privadas, das opções financeiras e dos modelos de gestão e, se os consórcios não forem portugueses, é muito provável que a engenharia portuguesa fique afastada ou reduzida a pequenas intervenções, favorecendo-se escolhas internacionais.

O caso da Sorefame ainda está na memória de todos. Já soubemos produzir comboios e reparar navios de grande dimensão.

Não estão em causa as regras do mercado, mas apenas os critérios de selecção e os centros de decisão que poderão condicionar as escolhas das adjudicações seguintes.

Depois dos engenheiros portugueses terem projectado, entre outros, a ampliação do aeroporto da Madeira, uma notável obra que, em 2004, foi distinguida com o prémio internacional de engenharia de estruturas, seria incompreensível que as competências e a soberania tecnológica que conseguimos em muitas décadas, e com o empenho de muitas gerações, viessem a ser postas em causa, num futuro próximo, por ausência de oportunidades, tornando Portugal dependente da engenharia produzida noutros países.

A engenharia sempre foi e deverá continuar a ser um recurso estratégico para o nosso país, quer para a atracção do investimento estrangeiro que aposte na inovação e na tecnologia, quer como factor competitivo para a internacionalização das empresas portuguesas. Perder estas competências, quando já existem, é perder uma vantagem competitiva que, ainda por cima, está alinhada com a Estratégia de Lisboa para a UE. ●